

Millenium  
Explica

# Estado brasileiro propõe atacar desigualdades, mas as aumenta

Por Luan Sperandio



**O** futuro do Estado de Direito no Brasil aponta para a necessidade de reformas e melhorias institucionais para aprimorá-lo na persecução de propósitos. A Carta Magna de 1988 foi fortemente influenciada pela doutrina do Estado de bem-estar social, que coloca o ente governamental como organizador da economia e agente da promoção social. Com o pioneirismo de Otto Von Bismarck, Chanceler da Alemanha do final do século XIX, o modelo expandiu-se em maior ou menor grau para outros países desde então, que passaram a prestar serviços básicos aos cidadãos, como saúde, educação e segurança, além de uma rede de seguridade e previdência social.

**O** propósito do Welfare State, como é conhecido em inglês, é garantir o mínimo substancial em relação à qualidade de vida para todo indivíduo. Desde sua expansão pelo mundo, houve diversos avanços obtidos em relação à universalização de taxas de alfabetização, melhoria do capital humano, diminuição de mortalidade infantil e ao aumento da expectativa de vida e de sobrevivência da população. É o que aponta a série de estudos “Economics of the welfare state”, de Nicholas Barr, economista britânico especializado na temática e professor da London School of Economics.

**A** ideia de uma rede de proteção social não é, per si, um atentado aos princípios da liberdade, economia de mercado e proteção à propriedade privada. Por exemplo, o insuspeito Friedrich Hayek, filósofo político

e Nobel de Economia de 1974, foi um dos maiores defensores da liberdade individual do século XX, e reconheceu, em suas obras, legitimidade do sistema. Como escreveu em “Os Fundamentos da Liberdade”: “Todos os governos modernos têm organismos de previdência para os indigentes, os incapacitados e os deficientes, e cuidam de áreas como saúde e difusão de conhecimentos. Com o crescimento da riqueza, seria concebível que essas atividades, essencialmente de serviços, também se ampliassem. Há necessidades comuns que somente podem ser satisfeitas com a ação coletiva e que podem assim ser atendidas sem restrição da liberdade individual. Também é plenamente aceitável que o governo desempenhe certo papel ou mesmo tome a iniciativa em áreas como seguro social e educação, ou subsidie temporariamente certos projetos experimentais”. O problema, segundo o autor, é como fazê-lo para que o discurso de proteção social não seja responsável por pavimentar um caminho de servidão que, ao invés de auxiliar, prejudique a população mais vulnerável.

**N**esse sentido, também há ônus que precisam ser considerados ao se adotar o Estado de bem-estar social, como é apontado pelo próprio Barr em seus trabalhos acadêmicos. Entre eles, a elevação da carga tributária e do endividamento público a fim de financiar o volume de recursos necessário para as despesas sociais.

**E**m muitos países, a consequência do aumento de gastos sociais é haver a superação da denominada carga tributária ótima. Na Ciência Política, esse indicador é calculado a partir da Curva de Armey, refletindo a relação entre gasto público e atividade econômica. A metodologia considera que há uma relação positiva entre gasto público e crescimento econômico em um cenário em que a existência de um governo limitado sugere ganhos econômicos. Dessa forma, a atuação de um ente governamental pode ser positiva para o desenvolvimento econômico a partir de instituições inclusivas, como conceituado pelos estudiosos Daron Acemoglu e James Robinson em “Por que as nações fracassam”. Todavia, essa associação pode tornar-se negativa se houver ineficiência na alocação do orçamento, pois, a partir de determinado nível de gasto público, o crescimento econômico passa a ser prejudicado.

**E**sse segundo cenário é, justamente, o caso do Estado brasileiro, de acordo com estudo publicado em 2017 na *Economic Analysis of Law Review*, principal revista brasileira de análise econômica do direito. O cálculo econométrico dos pesquisadores indicou que a carga tributária ótima do país seria de 28,38% do Produto Interno Bruto (PIB) no equilíbrio de longo prazo. O número é muito distante dos 33,9% cobrados em 2021 pelo Estado brasileiro.

**A** despeito de tantos recursos e de um dos propósitos firmados na Constituição de 1988 ser o de redução das desigualdades, há outras evidências que sugerem que a atuação estatal no Brasil contribui diretamente para a manutenção desta.

**H**á, inicialmente, distorções referentes ao sistema tributário brasileiro que resultam nos 10% mais pobres da população pagarem, proporcionalmente, quase 45% mais impostos do que os 10% de maior renda. O dado consta no levantamento “Gasto Público, Tributos e Desigualdade de Renda no Brasil” feito pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

**A**inda assim, grande parte das políticas sociais financiadas com esses recursos não beneficiam os brasileiros de menor renda. Segundo um estudo de 2016 do Banco Mundial, o Estado brasileiro gastou, naquele ano, apenas 12,1% do PIB com os 40% mais pobres, beneficiando desproporcionalmente os mais ricos.

**I**so ocorre porque há diversas políticas públicas patrocinadas pelo Estado brasileiro que resultam na concentração de renda entre os mais afortunados. Entre os exemplos, pode-se citar a distorção salarial entre os funcionários públicos brasileiros e o setor privado. Mesmo controlando uma série de variáveis explicativas, como gênero, idade e experiência,

estudo conduzido pelo Insper concluiu que a diferença entre o salário médio por hora recebido pelos servidores federais e pelos trabalhadores do setor privado é de 93%. Além disso, como essa disparidade salarial aumentou desde a década de 1990 (antes era de 50%), somente esse indicador foi responsável por contribuir para um aumento de 24% da desigualdade de renda nacional.

**O** outro fator que contribuiu artificialmente para a desigualdade no Brasil são as regras da previdência social. A diferença entre as contribuições dos servidores ativos e a despesa com os 980 mil aposentados e pensionistas do país somou quase R\$ 93 bilhões em 2018, déficit financiado pelo orçamento da União. Somente esses valores superam o valor de todos os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a mais de 32 milhões de brasileiros. Em outras palavras, privilégios legais, como menor tempo de contribuição para se aposentar e benefícios acima do teto permitido pelo INSS, resultaram em cada servidor público aposentado no Brasil custar o triplo de um brasileiro que fez carreira na iniciativa privada.

**E**sses números dão razão a uma afirmação de Milton Friedman, Nobel de Economia de 1976, segundo a qual “a previdência social não é social e nem é previdência, é apenas um programa ruim que usa impostos para prover benefícios injustos”.

**U**ma outra despesa socialmente regressiva foi o programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que custeava o intercâmbio de estudantes da graduação para universidades do exterior. Os 35 mil beneficiários da política pública em 2015 custaram aos cofres públicos R\$ 105,7 mil cada. Em comparação, o valor destinado individualmente à alimentação de quase 40 milhões de alunos da rede básica de ensino naquele ano foi de R\$ 94,62. O orçamento total de ambas as políticas públicas foi de cerca de R\$ 3,7 bilhões, mas enquanto o primeiro beneficiou os de maior renda, o segundo era destinado aos brasileiros mais pobres.

**A** boa notícia é que desde 2016 foram aprovadas no Brasil uma série de reformas que atacam a ineficiência do gasto público em políticas que eram regressivas socialmente ao beneficiar desproporcionalmente os mais ricos.

**P**ara ficar nos exemplos citados, após a aprovação da regra constitucional do Teto de Gastos, a taxa de reposição dos funcionários federais se tornou a menor da série histórica, reduzindo para os atuais 208 mil. Em contraste, a elite do funcionalismo público brasileiro era de 333 mil em 2007. Além disso, o CsF foi extinto em 2017 e houve mudanças nas regras da previdência.

**V**ale ressaltar que, em virtude dos direitos adquiridos e das regras de transição aprovadas, tanto a distorção salarial

do funcionalismo público quanto a da previdência ainda perdurarão por algumas décadas antes de desaparecerem do orçamento. Apesar disso, é inegável que houve avanços em relação à qualidade do gasto público nos casos supracitados.

**P**or conseguinte, o Estado brasileiro hoje é responsável por cobrar mais impostos dos mais pobres a fim de beneficiar os mais ricos. É necessário que o Estado deixe de atuar como Robin Hood ao contrário para se transformar em um Estado de Direito mais maduro, sólido e desenvolvido. A boa notícia é que as evidências indicam que há espaço para, a partir do aprofundamento de reformas estruturais, haver ganhos de eficiência no gasto público brasileiro, redução de despesas e menor tributação. Caso isso se concretize, os brasileiros do futuro agradecerão à atual geração.

